

TESSITURAS

Revista de Antropologia e Arqueologia

Acsa Braga Costa¹
Danilo Cunha de Jesus dos Santos²
Leonardo Moraes Batista³
Thamara Collares do Nascimento⁴
Victor Hugo Costa Cantuaria da Silva⁵
Grupo de Estudos e Pesquisa Etnomusicológica *Negô*⁶

JUVENTUDE NEGRA E LGBTI+ NO MOVIMENTO DA TRANSGRESSÃO COMO PRÁTICA DE LIBERTAÇÃO: PERSPECTIVAS E ABORDAGENS ETNOMUSICOLÓGICAS DA BATEKOO

BLACK YOUTH AND LGBTI+ IN THE MOVEMENT OF TRANSGRESSION AS PRACTICE OF LIBERATION: ETHNOMUSICOLOGICAL PERSPECTIVES AND APPROACHES OF BATEKOO

¹ É graduanda em Letras pela UERJ e produtora e criadora de conteúdo criativo na marca Qu-truaHumppê. Filha mais velha de Professora e Músico negros. A estudante reside na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro/ RJ. Através da marca onde atua, cria, produz e ressignifica a moda, com intuito de fazê-la acessível a quem de fato inspira as grandes marcas: a rua, e por quem nela transita. Sendo um dos "As", de uma família preta, suburbana, descobriu como ideal de vida o avanço e restituição do povo preto. E tem levado essa vocação em tudo que se propõe a fazer. É pesquisadora no Grupo de Pesquisa NEGÔ. <acsabragac@gmail.com>

² É nascido no Jardim Gramacho, Baixada Fluminense, pertencente à diáspora caixiense. É Professor de História recém formado pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), deslumbrado com a antropologia urbana, sonora e obcecado por pichações. Preto, pós-graduando em relações étnico raciais no PROPGPEC (Colégio Pedro II). Pesquisador no Grupo de Pesquisas NEGÔ. <danilo.cunhads@live.com>

³ É filho de Celma Moraes Batista, irmão de Vanessa Moraes Batista, neto de Maria de Lourdes Diogo Moraes, sobrinho de Edna Moraes, Maria Lúcia Moraes, Luciana Maria Moraes e Bernadete de Fátima Moraes. Criado e forjado no matriarcado de mulheres negras. É preta bixa residente na cidade do Rio de Janeiro e cotidianamente resistente ao racismo que insiste em persistir. É musicista, pesquisador, educador e curador. É Licenciado em Música e Especialista em Educação Musical pelo Conservatório Brasileiro de Música (CBM-CeU). Mestre em Educação Musical, Doutorando em Etnomusicologia e pesquisador no Laboratório de Etnomusicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sendo o Grupo de Estudos e Pesquisa Etnomusicológica NEGÔ o espaço de pesquisa, interlocução, ação e produção de conhecimento. É membro associado da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), Associação Brasileira de Etnomusicologia (ABET), Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM) e do Fórum Latino Americano de Educação Musical (FLADEM). É integrante do Coletivo Mwanamuziki, composto por pesquisadoras/es negras/es/os da música de todo o Brasil. Tem interesse nas seguintes áreas de investigação: etnomusicologia, arte educação, educação musical, educação e seus desdobramentos, tais como: contracolonialidade, decolonialidade, interculturalidade, diversidade cultural, cultura, relações étnico crítico raciais, mediação cultural, formação de educadores/as e políticas públicas de educação brasileira. <leonardomoraesbatista@gmail.com>

⁴ É mulher preta, moradora da Penha, no Rio de Janeiro, estudante de pedagogia da UNIRIO e tem 23 anos. É apaixonada por danças que envolvem sua cultura e seus ancestrais. O envolvimento com produção musical está cada vez mais se tornando uma das atividades de sua vida e isso faz crescer o interesse em pesquisar sobre os movimentos que façam parte das identidades da negritude e do reconhecimento/fortalecimento como mulher negra periférica. É pesquisadora do Grupo de Pesquisa NEGÔ. <thamaracollares.nave@gmail.com>

⁵ É filho de Sarai da Silva Costa e de Humberto Cantuaria da Silva, cariocas de berço, filhos do samba por tradição e meu contato primeiro com música vem dessa expertise. A criança "viada" que nasceu e cresceu frequentando escolas de samba. Hoje, é bacharelando em dança (UFRJ) e CEO de uma produtora de conteúdo, musical e audiovisual (Outro Nível). Bailar, tocar, cantar, experiências estéticas que tenho em minha vivência e que reconfiguram-me a cada contato, pesquisa assim vida, vida preta presente em espaços como uma escola de samba, vide a Batekoo. Sou pesquisador no Grupo de Pesquisa NEGÔ. <victorh.cantuaria@gmail.com>

⁶ Somos jovens negras e negros que assinam esse artigo. Somos filhos das ações afirmativas e de todos aqueles que lutaram para que tivéssemos nossas vozes legitimadas na produção de conhecimento dentro da academia. Somos um grupo de estudos e pesquisa que utilizamos das abordagens político-epistemológico-metodológicas da área da Etnomusicologia encharca de debate étnico crítico racial, para o desenvolvimento de uma pesquisa que é escrita de forma coletiva, participativa, colaborativa junto à BATEKOO. <grupo2019.nego@gmail.com>

RESUMO

O artigo discute perspectivas, caminhos e percursos de uma pesquisa etnomusicológica desenvolvida por jovens negros/as a partir de suas experiências estéticas sonoras, imagéticas e corpóreas, enquanto pesquisadores/as e praticantes, a partir de uma das ações da plataforma BATEKOO: *a festa*. O texto discute a questão racial que persegue a juventude negra colocando-a em lugar de subalternidade e extermínio por meio da ação necropolítica. Destaca os percursos de pesquisa etnomusicológica desses jovens como abordagens possíveis em dias de destruição. Defende as ações que essa plataforma desenvolve enquanto mediações das concepções dos Movimentos Negros. São apontadas possíveis maneiras de realização de um trabalho colaborativo, participativo, engajado e político, através de uma abordagem que realiza a etnografia das práticas musicais da/na festa, por aqueles/as que não são mais objetos de pesquisa, e sim autores/as de seus próprios percursos. Este artigo é uma aposta e se utiliza de perspectivas étnico-crítico-raciais enquanto debate político-metodológico-epistemológico mediado por discussões e abordagens que transgridem o eixo acadêmico branco-hetero-patriarcal-burguês por meio de estudos do campo da Etnomusicologia.¹

PALAVRAS-CHAVE: BATEKOO. Juventude Negra. LGBTI+. Movimentos Negros. Etnomusicologia. Práxis Sonora.

ABSTRACT

Abstract: The article discusses perspectives and pathways of an ethnomusicological research developed by young black people from their aesthetic experiences in sound, image and body, as researchers and practitioners, from one of the actions of the BATEKOO platform: the party. The text discusses the racial issue that persecutes Black youth, placing them in the place of subalternity and extermination through necropolitical action. It highlights the ethnomusicological research paths of these young people as possible approaches in days of destruction. It defends the actions that this platform develops as mediations of the conceptions of Black Movements. Potential ways of carrying out collaborative, participative, engaged and political work are pointed out, through an approach that carries out the ethnography of the musical practices of the party, by those who are no longer objects of research, but authors of their own trajectories. This article is a bet and uses ethnic-critical-racial perspectives as a political-methodological-epistemological debate mediated by discussions and approaches that transgress the white-hetero-patriarchal-bourgeois academic axis through studies in the field of Ethnomusicology.

KEYWORDS: BATEKOO. Black Youth. LGBTI+. Black Movements. Ethnomusicology. Sound Praxis.

¹ Agradecemos ao Pablo Rodrigues pela leitura atenta e considerações a este artigo.

INTRODUÇÃO

As canetas daqui escrevem com tinta cor de sangue
 sangue esse que cansou de transbordar de suas taças de “igualdade”
 e agora sem receio nem pudor rabiscaremos nas
 suas paredes brancas os nossos anseios de justiça e liberdade!
 LIBERDADE! LIBERDADE! (MENDES, 2019).¹

Este artigo é redigido no plural, pelos integrantes do Grupo de Estudos e Pesquisa Etnomusicológica *NEGÔ*. Somos jovens negros que assinam esse artigo. Somos filhos das ações afirmativas e de todos aqueles que lutaram para que tivéssemos nossas vozes legitimadas na produção de conhecimento dentro da academia. Somos um grupo de estudos e pesquisa que utilizamos das abordagens político-epistemológico-metodológicas da área da Etnomusicologia, como práxis do trabalho que desenvolvemos junto à *BATEKOO*.

Tendo como contexto situacional, o agravamento da história necrófila brasileira, somado ao cenário de Pandemia Mundial, causado pela COVID-19. Enquanto escrevíamos esse artigo, o Brasil se tornava o 2º país no epicentro de contaminações pelo novo coronavírus, com o total de 376.699 casos confirmados, 23.522 mortes, segundo informações do Ministério da Saúde do Brasil.²

Produzimos nosso texto com a força da população negra em diásporas africanas. E somos atravessados pelas mortes de pessoas negras — crianças, jovens e adultas —, alijadas pelo racismo multifacetado que destrói a vida do povo brasileiro. Os protagonistas deste trabalho são autores ora excluídos e expropriados da produção do conhecimento científico brasileiro. E por muitas vezes presentes apenas como objetos de interesse da branquidade. Hoje como efetivos protagonistas, e a partir de nossas “escrivências” (EVARISTO, 2007; 2020), dialogamos com as recentes produções epistemológicas referentes ao debate étnico-crítico-racial brasileiro e com os debates da Etnomusicologia.

Desse modo, partiremos como questão fulcral, do projeto genocida brasileiro destinado aos corpos negros. O que nos auxiliará no desenvolvimento de nossa pesquisa, e na construção de um olhar sensível aos demais corpos: aos corpos indígenas, aos corpos LGBTQs+, aos corpos femininos. E toda, e qualquer grupo social, articulado, ou não, na luta contra a política de extermínio, legitimada pelo racismo estrutural brasileiro, e reiterada na política bolsonarista. O Brasil é o país que mais mata pessoas no MUNDO segundo a Organização das Nações Unidas — ONU (2017). E a juventude negra, as pessoas LGBTQs+ e as mulheres negras são os alvos dessa política de morte. Este trabalho é um grito: PAREM DE NOS MATAR!

Após as últimas políticas de ações afirmativas no Brasil, nós podemos afirmar, que a presença dos corpos negros tem aumentado na universidade brasi-

¹ Esse é um fragmento do texto poético de Cleyton Mendes intitulado *Democracia Racial*, publicado no livro *Negritude*, da Coleção SLAM, publicação coordenada por Emerson Alcalde. O SLAM tem sido ponta de lança da oralidade urbana das juventudes que lutam pela existência das suas variadas formas de vida, a partir de discussões latentes e urgentes.

² Para verificar essa informação propomos acessar o link <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em: 26 mai. 2020.

leira (BRASIL, 2012; CARVALHO, 2006a, 2006b, 2006c, 2016; SILVÉRIO; MEDEIROS, 2016). Essa transformação nos permite observar os/as novos/as protagonistas nas pesquisas de pós-graduação, implicados com as questões do debate étnico-crítico-racial, em resposta à “pedagogia do extermínio”.

Nossa luta como pesquisadores/as deve ser vista como uma resposta coletiva as dinâmicas excludentes da produção de conhecimento científico (NEWSOME, 2008; GRUPO MUSICULTURA, 2010, 2011; CAMBRIA, 2012; ARAÚJO; CAMBRIA, 2013; CAMBRIA; FONSECA; GUAZINA, 2016; MENDONÇA, 2016; MENDONÇA et al., 2018). Nesse sentido breve apontamos sobre Etnomusicologia se fizeram necessários. Principalmente, no que tange a autoridade etnográfica na Antropologia e das áreas de interesse correlatas à Música. Isso nos permitirá a produção coletiva de novos saberes, e a tencionar os limites de nossa área de atuação, proporcionando assim, o surgimento de *outros*³ caminhos *metodológicos*. Sem os privilégios assegurados a outros pesquisadores, afirmamos a precariedade como potência criativa. E a reafirmação do saber oriundo das favelas, das periferias, e de outros lugares subalternizados no Brasil.

Nossa pesquisa preliminar concentrou-se nos seguintes aspectos: i) a necessidade contextualização da realidade histórica brasileira. O que nos permitiu compreender a “pedagogia da crueldade e da carnificina” estatal, e da ação predatória de inúmeros governos contra a juventude brasileira. ii) A indagação sobre quem são os/as agentes, os/as pesquisadores/as da Etnomusicologia brasileira, e com isso, o desenvolvimento epistemológico de nossa área de atuação. Nós buscamos nos aproximar de pesquisadores/as e as práticas politicamente engajadas, a partir da ativa participação de jovens negros/as na produção de conhecimento colaborativo. iii) Tornou-se, portanto, imprescindível analisar a plataforma artístico-cultural, denominado *BATEKOO*, compreendendo-o como movimento negro em articulação com outros movimentos de corpos dissidentes às normas segregadoras e discriminatórias.

Agradecemos aos grupos etnomusicológicos da cidade do Rio de Janeiro, conectados ao Laboratório de Etnomusicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e ao Programa de Pós-Graduação em Música da UFRJ (LABETNO-UFRJ), em especial o Grupo Musicultura e o Grupo de Pesquisa Etnomusicológica Dona Ivone Lara (GPEDIL), sem a qual, essa pesquisa preliminar não seria possível, uma vez que esses demonstram possibilidades criativas de pesquisa com aplicações colaborativo-engajada e político-participativa.

Como o percurso acadêmico é beligerante e excludente aos outros modos de escrita, limitado e restrito ao modelo pragmático cientificista e individualista, a inserção de vozes de pessoas negras divergentes e dissidentes que escrevem em outras instâncias além-acadêmica farão bonde com o *NEGÔ* para confrontar o poder branco-hetero-patriarcal-burguês-acadêmico e para compor um corpo quilombo plural, resiliente e resistente aos modos de apagamentos das nossas sapiências.

³ A intencionalidade do itálico nessa palavra é intervir na norma estabelecida, na busca por dinâmicas, perspectivas, abordagens outras/ sentidos, caminhos, percursos outros, além da norma e do que foi e é estabelecido, além das inflexões que serão pautadas no decorrer desse artigo.

#PAREMDENOSMATAR

Talvez eles tenham cantado como outros contemporâneos de comunidade que morreram antes deles, os versos proféticos: “Eu só quero é ser feliz / andar tranquilamente na favela onde eu nasci / e poder me orgulhar / e ter a consciência que o pobre tem seu lugar”. Outro verso da música ecoa: “Faço uma oração para uma santa protetora / mas sou interrompido / a tiros de metralhadora”. Não adiantou. Os policiais Thiago Resende Barbosa, Marcio Darcy dos Santos e Antônio Carlos Filho fuzilaram o carro dos rapazes com cerca de 111 tiros na entrada do Morro da Lagartixa, onde viviam, em Costa Barros, zona norte do Rio de Janeiro (SILVA, 2019).⁴

O fragmento do texto de Cidinha da Silva aponta traços da política de morte sobre a juventude negra na cidade do Rio de Janeiro. A voz de Cidinha chega até nos reforçando a necessidade de resistir às estruturas e às institucionalidades da “práxis” de “moer gente” na constituição do Estado brasileiro. A exemplo de tamanha crueldade, nos lembramos da “noite de 28 de novembro de 2015”, em que “cinco jovens negros com idades entre 16 e 25 anos foram mortos a tiros por policiais militares do 41º Batalhão da Polícia Militar, no bairro Costa Barros no Rio de Janeiro”. Seus nomes são “Roberto de Souza da Penha, de 16 anos”, “Wesley Castro Rodrigues, de 25 anos”, “Wilton Esteves Domingues Junior, de 20 anos”, “Cleiton Corrêa de Souza, de 28 anos” e “Carlos Eduardo da Silva Sousa, de 16 anos”. Eles estavam à procura de um lugar para jantar, quando quatro policiais dispararam 111 tiros contra o veículo dos jovens. Os cinco rapazes morreram imediatamente (ANISTIA INTERNACIONAL BRASIL, 2016, p. 15).

Vemos na brutalidade policial o “modus operandi” do racismo estrutural brasileiro. As mortes de pessoas negras não são consequência do racismo, originadas pelo colonialismo português. A eliminação de corpos negros, bem como da população brasileira pelo seu Estado, é a forma pela qual, o Estado brasileiro, se constitui. Sobre essa questão, dialogamos com a questão-motriz apontada por Denise Ferreira da Silva na abertura *Revista O Menelick 2º Ato*: “por que as mortes de pessoas negras e violências raciais contra elas não provocam uma crise ética?” (ANO VII – EDIÇÃO ZEROXX).

Essa é uma pergunta que grita em nós todos os dias ao percebermos, e compreendermos, política genocida no Brasil. Fica para nós o entendimento de que este fato narrado sobre os jovens de Costa e Barros e também outros tantos que acontecem no cotidiano desse solo brasileiro, a fundamentação do racismo que se dá na política de morte de pessoas negras uma ação estrutural dada pelo colonialismo, que colocou os corpos de pessoas brancas em lugar de não-morte e de pessoas negras, “os condenados da terra”, em lugar de morte (FANON, 2005).

As autoras Nilma Lino Gomes e Ana Amélia de Paula Laborne, em “Pedagogia da Crueldade: racismo e extermínio da juventude negra” levantam a se-

⁴ Esse é um fragmento do texto da prosista Cidinha da Silva, intitulado *Os meninos do morro do Lagartixa* da sua publicação *#Parem de nos matar!* O Livro reúne crônicas escritas no período de 2012 a 2016. E sinalizamos a partir de nossas leituras que o livro aborda questões sobre o racismo, branquitude, privilégios e necropolíticas.

guinte questão: “quais serão as causas do extermínio da juventude negra?” (2018, p. 11). Observamos que o Estado brasileiro tem como pilar na sua política a “necropolítica”, conceito amplamente desenvolvido por Achille Mbembe (2018). Em muitos trabalhos, o filósofo camaronês, buscou elucidar os processos de formação, controle e dominação dos Estados modernos. Mbembe aponta que o funcionamento estatal (aqui não apenas brasileiro) não está interessado, apenas, no gerenciamento da vida. Os Estados modernos estão alinhados a uma política de morte. No caso brasileiro, uma necropolítica contra sua própria população.

Conforme afirma, Silvio Almeida (2019), torna-se imperativo, tencionar as tecnologias do colonialismo, ainda presentes na contemporaneidade. Defendemos em nossa escrita e experiência coletiva, a necessidade desse debate. O que significa reconhecer o colonialismo em nossas práticas diárias, construído e constituído sob a égide de características raciais que inferiorizam as pessoas negras. Os/as jovens resistentes e sobreviventes à política de extermínio necessitam de serem vistos e escutados por um ângulo além do mecanismo colonial, pois são produtores de sentidos e desejos; antes de serem acometidos pelo genocídio promovido pelo Estado brasileiro.

Almeida (2019) sinaliza ainda, que “o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencem” (p. 32). Para o autor de *Racismo Estrutural* “o preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertencem a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias” (p. 32). E a discriminação racial “é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados” (*ibid.*, p. 32). Por essa razão, compreendemos que o racismo se manifesta através de medidas pautadas no exercício do colonialismo, sempre atualizado em nossas práticas cotidianas.

Afirmamos com Gomes e Laborne (2018) que, sim, o racismo é a macrocausa da política de extermínio da população jovem negra. Verificamos em nossas experiências como pessoas negras, quantos/as de nós se foram pela visceral letalidade do Estado. Um dado que pontua a constatação das autoras é o da campanha mediada pela Anistia Internacional Brasil. Para se ter uma ideia, a campanha *Jovem Negro Vivo* demonstrou que “em 2012, 56.000 pessoas foram assassinadas no Brasil. Destas, 30.000 são jovens entre 15 a 29 anos e, desse total, 77% são negros. A maioria dos homicídios é praticada por armas de fogo, e menos de 8% dos casos chegam a ser julgados” (ANISTIA INTERNACIONAL BRASIL, 2020).

Observamos em nossos cotidianos e nesses dados produzidos que os/as jovens negros/as experimentam a desigualdade social por meio do racismo estrutural e do genocídio institucionalizado pelo Estado que há anos no Brasil desumaniza, inferioriza, reduz, destroça, apaga, invisibiliza, mata, violenta, marginaliza e exclui a população negra de formas diversificadas. População que representa 56% da sociedade brasileira. Em linhas gerais, o que apontamos a partir dessas ques-

tões é que a condição social do negro no Brasil é demarcada pela naturalização da carnificina da vida da juventude negra.

Na edição do *Atlas da Violência* de 2017 é possível identificar que “desde 1980 está em curso no país um processo gradativo de vitimização letal da juventude, em que os mortos são jovens cada vez mais jovens” (p. 25). Quando verificamos nesses dados estatísticos qual é a cor de pele da vítima, observamos que a diferença de letalidade contra os negros em relação ao restante da população é gritante. O aumento de mortes de pessoas negras é consideravelmente maior em relação às de pessoas não negras. Tal aspecto é compreendido por nós como um reforço estrutural da negação do racismo.

Compreendemos que há no imaginário das pessoas não negras, e aqui também endossamos das pessoas não indígenas, uma certeza de que determinados corpos devem ser abatidos. Com Daniel Cerqueira *et al.* (2018) verificamos que a macrocausa do racismo e da desigualdade social está pautada na funcionalidade do extermínio, homicídio e assassinato da população negra, pois “é como se, em relação à violência letal, negros e não negros vivessem em países completamente distintos” (p. 40).

Entre 2005 e 2015, nada menos do que 318 mil jovens foram assassinados. Analisando o ano de 2015, a participação do homicídio como causa de mortalidade da juventude masculina, entre 15 e 29 anos de idade, correspondeu a 47,8% do total de óbitos (e 53,8% se considerarmos apenas os homens entre 15 e 29 anos). Nesse último ano, 60,9% indivíduos para cada grupo de 100 mil jovens, entre 15 e 29 anos, foram mortos. Se considerarmos apenas a juventude masculina, este indicador aumenta para 113,6. Enquanto houve um crescimento de 18,2% na taxa de homicídio de negros, a mortalidade de indivíduos não negros diminuiu 12,2%. Com isso, ao considerar a proporção entre as taxas de homicídio de negros e não negros, verificamos o aumento de 34,7% na diferença de letalidade contra negros (CERQUEIRA *et al.*, 2017, p. 55-56).

Em 2016, por exemplo, a taxa de homicídios de negros foi duas vezes e meia superior à de não negros (16,0% contra 40,2%). Em um período de uma década, entre 2006 e 2016, a taxa de homicídios de negros cresceu 23,1%. No mesmo período, a taxa entre os não negros teve uma redução de 6,8% (CERQUEIRA *et al.*, 2018, p. 40).

Em 2017, 75,5% das vítimas de homicídios foram indivíduos negros (definidos aqui como a soma de indivíduos pretos ou pardos, segundo a classificação do IBGE, utilizada também pelo SIM), sendo que a taxa de homicídios por 100 mil negros foi de 43,1, ao passo que a taxa de não negros (brancos, amarelos e indígenas) foi de 16,0. Ou seja, proporcionalmente às respectivas populações, para cada indivíduo não negro que sofreu homicídio em 2017, aproximadamente, 2,7 negros foram mortos. No período de uma década (2007 a 2017), a taxa de negros cresceu 33,1%, já a de não negros apresentou um pequeno crescimento de 3,3%. Analisando apenas a variação no último ano, enquanto a taxa de mortes de não negros apresentou relativa estabilidade, com redução de 0,3%, a de negros cresceu 7,2% (CERQUEIRA *et al.*, 2019, p. 49).

O que vemos nesses dados é a escancarada desigualdade racial gerada pela injustiça social dada ao descompromisso social do Estado brasileiro revelando a famigerada crueldade com a população jovem negra. Há aqui um expresse e

significativo número que não pode ser omitido. Aqui se destaca o projeto de extermínio e eugenia em curso, mediado pela elite branca, racista e patriarcal brasileira. Existe uma institucionalidade que fortalece e legitima que as vidas de jovens negros e negras sejam ceifadas.

O “mito da democracia racial”, denunciado por Abdias Nascimento (2017), fundamenta a promoção do genocídio da população negra brasileira. A população brasileira foi levada a acreditar que o embranquecimento do país era algo positivo, portanto, necessário. Na outra ponta, a elite econômica brasileira se utiliza do pacto narcísico da branquidade como aponta Maria Aparecida Bento (2002), e da ação estrutural do racismo, organizando as questões econômicas, políticas, jurídicas e sociais destacadas por Silvio Almeida (2019), e assim, conservando seus ganhos e seus privilégios. Sempre reagindo de modo feroz, ao se sentir ameaçada.

A juventude negra tem se levantando contra a política de extermínio sobre ela demarcada, por meio de gritos “param de nos matar” diante do genocídio à brasileira apontando que aqui nunca houve e não existe uma democracia racial. A juventude negra tem retornado ontologicamente ao exercício quilombista como forma de enfrentamento aos mecanismos de destruição demasiadamente marcados pelo necropoder. A juventude negra tem repolitizado a ideia de raça juntamente com demais vetores, como gênero, classe, territorialidade, geração para construção de um percurso *outro*: o da possibilidade de viver, além-racismo estrutural e estruturante da/na sociedade brasileira.

QUEM FAZ ETNOMUSICOLOGIA NO BRASIL?

Então, eu quero voltar a falar e já pegando um fio da fala do professor Samuel lembrando de quem faz a Etnomusicologia no Brasil. Quería lembrar que, nas primeiras décadas do curso de Etnomusicologia no Brasil, tínhamos um grupo de pesquisadores e pesquisadoras quase que exclusivamente de pessoas brancas e de classes privilegiadas. Eu digo quase exclusivamente por que eu sou mulher negra e venho de classe social pobre e, na verdade, eu fui a primeira doutora em etnomusicologia pela Universidade Federal da Bahia. Mesmo assim, os etnomusicólogos dessa primeira formação eram, em sua grande maioria, um grupo de privilegiados que refletia a cara do ensino superior no Brasil. Isso tem a ver com o que o Samuel falou porque isso tem mudado desde a primeira década dos anos 2000. A etnomusicologia brasileira vem mudando o perfil étnico-racial dos estudantes e pesquisadores; muito se deve à política de cotas para negros, indígenas, às políticas voltadas para pessoas com deficiências ou pessoas com carência econômico social, e aí a gente precisa citar o nome do professor José Jorge de Carvalho que grande contribuição deu para essa mudança. Por outro lado e também como resultado do que eu falei, quem faz a etnomusicologia hoje são aqueles ou aquelas que foram antes chamados de objetos de pesquisa ou pesquisados; aí a gente pode pensar como negros e indígenas e outros grupos, e quando o Samuel fala de pessoas que, na Maré e hoje são mestres, doutores e estão no mercado de trabalho, estão nas academias, a gente pode pensar que se essas políticas de cotas muito contribuíram para que essa realidade mudasse. Então, pessoas de comunidades negras e indígenas e as pessoas que eu falei têm entrado na universidade não só com o propósito de estudar sua própria música ou outras músicas, mas também de construir epistemologias baseadas nas suas experiências; quem sabe já podemos falar em uma etnomusicologia negra ou etnomu-

sicologia indígena. Mas, esses novos interlocutores também vêm à universidade para participar conosco de rodas de conversas, oficinas, aulas e outros eventos que são de seus interesses e também são de nossos interesses. **É importante pensar que seus conhecimentos são assim apresentados não mais como dados etnográficos naquele sentido de dados coletados, mas como conhecimento que dialoga, fomenta, redimensiona o assim chamado conhecimento científico e isso vai impactar no ensino de música na graduação e no ensino de música nas escolas regulares, além do próprio ensino na pós-graduação** (SANTOS, 2020 - transcrição e grifos nossos)⁵.

A transcrição que abre a segunda seção do texto traz um trecho da fala da Profa. Dra. Eurides dos Santos da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) realizada no painel⁶ intitulado *O Som ao redor: Etnomusicologia em tempos de pandemia*, promovido pela Associação Brasileira de Etnomusicologia (ABET)⁷, durante a ação midiática e realizada pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)⁸, no dia 9/6/2020.

O painel nos apontou flechas para compor este debate político-epistemológico para defender, a partir de nossa compreensão, que nós, pesquisadoras/es negras/os atravessados por questões necropolíticas em um âmbito interseccional (CRENSHAW, 2002; AKOTIRENE, 2019), somos esses/as novos/as pesquisadores/as da/na Etnomusicologia no Brasil. Praticantes e pesquisantes dessa cena apontada pela Profa. Dra. Eurides Santos, compreendemos com o Prof. Dr. Samuel Araújo (2016) que a Etnomusicologia pode ser entendida como

[...] um campo, por definição interdisciplinar de estudos de fenômenos socialmente definidos como musicais, seja qual for a definição ou genealogia que lhe atribuímos (e há muitas possíveis), são inúmeros e não necessariamente semelhantes os caminhos de formação e de diálogo intelectual que podem ser trilhados por pesquisadoras e pesquisadores, individualmente ou em grupos de pesquisa, tomando algum legado da etnomusicologia como horizonte (ARAÚJO, 2016, p. 8).

Conforme afirmam Eurides Santos (2020) e Samuel Araújo (2016), a Etnomusicologia pode ser entendida como um campo cada vez mais autônomo de saber, tendo como agentes pesquisadores/as interessados na experiência “com o que é sonoro”. Desse modo, o esse campo científico realiza debates interdisciplinares, construídos na dinâmica social da pesquisa universitária brasileira e para além das fronteiras do universo acadêmico.

Inicialmente, “nas primeiras décadas do curso de Etnomusicologia no Brasil”

⁵ Os destaques em negrito são os pontos de atenção da fala da Profa. Dra. Eurides Santos que endossam as questões que levantamos nesta sessão do texto. Para nós do *NEGÔ*, tais perspectivas ressaltam quem faz etnomusicologia no Brasil.

⁶ Para maiores informações sobre o Painel, composto pela Profa. Dra. Eurides Santos (UFPB), pelo Prof. Dr. Samuel Araújo e mediado pela Profa. Dra. Marília Stein Presidente da ABET (2019-2021), acessar: < <https://www.youtube.com/watch?v=XI10EJutNZo&t=6s>>. Acesso em 22/6/2020.

⁷ Para mais informações sobre a Associação Brasileira de Etnomusicologia (ABET), acessar: < <http://www.abet.mus.br/>>. Acesso em 22/6/2020.

⁸ Para conhecer um pouco mais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, acessar: < <http://portal.sbpcnet.org.br/>> Acesso em 22/6/2020.

podemos observar “pesquisadores e pesquisadoras quase que exclusivamente de pessoas brancas e de classes privilegiadas” (SANTOS, 2020). A “etnomusicologia brasileira vem mudando o perfil étnico-racial dos estudantes e pesquisadores”, haja vista, a composição ético-social do Grupo de Estudos e Pesquisa Etnomusicológica NEGÔ. A possível explicação ao enegrecimento do espaço universitário brasileiro pode ser entendida pela “política de cotas para negros, indígenas, às políticas voltadas para pessoas com deficiências ou pessoas com carência econômico social”. O que nos permitiu nossa “escrevivência” no campo da etnomusicologia, e “quem sabe já podemos falar em uma etnomusicologia negra ou etnomusicologia indígena”.

Somos participantes ativos de uma nova perspectiva dialógica com aquelas e com aqueles que antes eram objetos de pesquisa e hoje são protagonistas na construção do conhecimento científico. Como protagonistas, construímos “abordagens outras”, a partir dos nossos sentidos e experiências. Eis o processo da “escrevivência” como fenômeno diaspórico que possibilita trazer para o bojo da produção de conhecimento, a resignificação dos estigmas enfrentados no cotidiano da sociedade brasileira (EVARISTO, 2007; 2020).

Podemos encontrar uma diversidade de pesquisas que lidam com essas questões enquanto compromisso social. Estudos desenvolvidos por pessoas que contribuíram para o desenvolvimento do campo em terras brasileiras no decorrer dos últimos 30 anos, principalmente no que se refere a inserção da Etnomusicologia nas universidades. Na década de 1990 observamos o redimensionado, inovação e ampliação da área no Brasil, a partir dessas pesquisas, e a busca de uma nova prática e abordagens metodológicas mediadas por pessoas brancas, em sua maioria (LÜHING *et al.*, 2016)⁹.

Observamos a influência dessa postura (auto)crítica no questionamento da autoridade etnográfica e da representatividade na produção de conhecimento. Percebemos também, uma discussão político-epistemológica engajada com as questões e demandas da sociedade contemporânea no intuito de compreender as questões sociais da imposta pela realidade brasileira (GRUPO MUSICULTURA, 2006a, 2006b; LÜHNING, 2014; ARAÚJO, 2008, 2009, 2011, 2013, 2014; ARAÚJO; FERREIRA; FERREIRA; MENDONÇA, 2016; LÜHING; TUGNY, 2016a; MENDONÇA *et al.*, 2018).

Existe uma organização não governamental ligada à *Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura* (UNESCO) que se chama *International Council for Traditional Music* (ICTM). Essa organização de cunho acadêmico

⁹ A publicação *Etnomusicologia no Brasil*, organizada pelas etnomusicólogas Angela Lühning e Rosângela Pereira de Tugny (Editora EDUFBA, 2016) é a prova do que afirmamos nesse parágrafo. Essa publicação reúne textos de coletivos de autoras/es que vêm realizando expressivas pesquisas no campo, apontando questões relacionadas às “políticas públicas, com a mobilização social, com a proteção de territórios e saberes, com o cotidiano da violência urbana e da violência simbólica e com a urgência que marca a sobrevivência de alguns povos com os quais trabalham e se solidarizam” (LÜHNING; TUGNY, 2016b, p. 23). Vale apontar que esses textos ressaltam perspectivas em diálogo com a diversidade cultural e musical enquanto prática ativista, bem como com diferentes processos metodológicos atentos às questões levantadas pelas e pelos protagonistas, e pelo processo epistemológico, em diálogo com as suas demandas individuais e coletivas na ação da pesquisa.

promove o estudo, a prática, a documentação a preservação e a disseminação da música e da dança tradicional de todos os países, por meio da ação de Grupos de Estudos, articulados em diversificadas dinâmicas com vias de diálogo com diferentes povos e suas culturas, com vias de contribuir para questões de humanização conforme objetivos da UNESCO, organização que busca soluções para o enfrentamento dos problemas e das questões desafiantes da sociedade.

Com cerca de mais de vinte (20) grupos de trabalho implicados com debates relacionados à história global da música, artes, minorias, educação, etnicidades, inclusão social, gênero e sexualidade, a organização há alguns anos promove encontros em diversas partes do Mundo com o intuito de reunir pessoas pesquisadoras e afins, para dialogar sobre seus processos de pesquisa e sobre a atu(a)ção das mesmas na contribuição para a paz da humanidade.

O grupo de Etnomusicologia aplicada estabelecido em 2007 dentro da ICTM possui foco em uma ação circunscrita na área. Possui também, para além da perspectiva acadêmica, o foco na ação colaborativa, participativa, engajada e aplicada em sentido de amplificar vozes de pessoas e/ou grupos marcados pela opressão, marginalização, subalternização e outras estruturas de inferiorização. Por meio de debates, publicações, projetos, ações e eventos acadêmico-científicos, esse grupo articula concepções e proposições político-epistemológicas como medida de enfrentamento às mazelas sociais

O texto prescrito pelo Prof. Dr. Samuel Araújo (2020, no prelo) intitulado *Reengaging Sound Praxis in the Real World; Politico-Epistemological Dimensions of Dialogue and Participation in Knowledge Production*, discute questões entorno da práxis sonora enquanto debate político-epistemológico e articula conceitos produzido por pessoas que compõem este grupo, com publicações entre os anos de 2005 a 2015.¹⁰

As pesquisas-ações promovidas por essas pessoas em destaque articulam ideias sobre as reformulações nas práticas etnomusicológicas mediadas por expressivas e ativistas pesquisas: que abrem mão da manutenção dos protocolos interpretativos da área; defendem dinâmicas metodológicas implicadas com as pessoas e/ou grupos, trazendo para o escopo da produção de conhecimento suas singularidades; apontam proposições que caminham na via democrática e dialógica como mecanismo metodológico de produção de conhecimento; e destacam perspectivas político-epistemológicas para o campo da Etnomusicologia, atentas às emergentes e urgentes questões das pessoas e/ou grupos com os quais trabalham, guiadas por princípios que denotam a responsabilidade social e humana sobretudo.

¹⁰Para ampliar informações acerca das concepções, debates político-epistemológicos e percursos metodológicos, sugerimos a leitura de algumas publicações: *Oxford Handbook of Applied Ethnomusicology* (2015), organizado por Jeff Titon e Svanibor Pettan; *Ethnomusicology in times of trouble* (2014), de Timothy Rice; *Applied Ethnomusicology and Empowerment Strategies: Views from across the Atlantic* (2008), de Svanibor Pettan; *Epistemologies of applied Ethnomusicology* (2012) e *The Second wave of applied Ethnomusicology* (2014), de Klisala Harrison; *Applied Ethnomusicology: Historical and contemporary approaches* (2010), organizado por Klisala Harrison e Svanibor Pettan; *Reconsidering Theory and Practice in Ethnomusicology: Applying, Advocating, and Engaging Beyond Academia* (2012), de Rebecca Dirksen.

Ao compreendermos que esse escopo de trabalho necessariamente pode ser implicado com nuances participativas, vínculos dialógicos e debates político-epistemológico-metodológicos arraigados de ativismo social e responsabilidade social, colocamos na roda a questão formulada por Araújo (2020).

Chamar uma pesquisa aplicada, ou caracterizá-la como algum tipo de advocacia, trabalho comprometido não é em si um sinal diacrítico de resultados intrinsecamente positivos, onde nós permanecemos ou devemos visar como um campo acadêmico em busca não apenas de estudar o mundo em abstrato, mas de mudá-lo concretamente para um melhor, negociando horizontalmente padrões de igualdade social e justiça, equilíbrio ecológico e condições relativamente pacíficas de coexistência? Existe um papel e, nesse caso, qual(ais) para um campo de conhecimento de produção como a etnomusicologia, principalmente quando mantida institucionalmente por financiamento público? Não é o uso fetichizado de terminologia supostamente política correta obscurecer ao invés de esclarecer o que idealmente qualquer etnomusicologia deveria [ter], em princípio, um compromisso comprometido e crítico com a diferença humana que vai além das falsas dicotomias entre teoria e prática e demandas de estudiosos da música e no pensamento geral sobre as implicações recíprocas da teoria e da prática como práxis? (ARAÚJO, 2020, p. 20, tradução nossa).¹¹

Essas questões levantadas e colocadas aqui neste texto sinalizam perspectivas de abordagem da/na pesquisa etnomusicológica que lidam com pessoas e/ou grupos e suas questões. Defendemos com o Prof. Dr. Samuel Araújo a concepção do compromisso social da pesquisa em Etnomusicologia, essa que se faz com pessoas, na rua, na pista, na favela e nos diversificados espaços, ou seja, adequando nesse processo “flexibilidade e independência, com potencial crítico, ressaltando em especial o compromisso com a discussão conceitual da diversidade cultural e a contribuição para redução das desigualdades sociais” (LÜHNING *et al.*, 2016, p. 86).

Formado por cinco (5) pessoas negras que assinam esse artigo e a pesquisa de doutorado (em andamento), constituímos-nos enquanto Grupo de Estudos e Pesquisa Etnomusicológica NEGÔ. Somos pesquisadoras/es negras/os vinculados ao Laboratório de Etnomusicologia, que é ligado ao Programa de Pós-Graduação em Música (PPGM-UFRJ). Este grupo é constituído por Leonardo Moraes Batista (doutorando em Etnomusicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro – PPGM-UFRJ), Acsa Braga Costa (graduanda em Letras pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ), Thamara Collares do Nascimento (graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO), Victor Hugo Costa Cantuarria da Silva (gra-

¹¹ “If calling a research applied, or characterizing it as some sort of advocacy, public or engaged work is not in itself a diacritic sign of intrinsically positive outcomes, where do we stand or should aim at as an academic field in search of not only studying the world in abstract but of concretely changing it toward better, horizontally negotiated standards of social equality and justice, ecological balance and relatively peaceful coexistence? Is there a role, and in this case which one(s), for a field of knowledge production such as ethnomusicology, particularly when institutionally maintained by public funding? Isn't the fetichized use of presumably political correct terminology obscuring rather than clarifying what ideally any ethnomusicology should in principle, a committed, critical engagement with human difference that goes beyond false dichotomies between theory and practice and demands from scholars of music and sound in general thinking over the reciprocal implications of both theory and practice as praxis?”.

duando em Dança pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ) e Danilo Cunha de Jesus dos Santos (especializando em Relações Étnico-Raciais pelo Colégio Pedro II), todos praticantes das ações *BATEKOO*.

Nós “BATEKOOTIANOS” utilizamos a abordagem etnográfica dada por um viés etnomusicológico, munidos/as de discussões epistemológicas e percursos metodológicos centrados nas questões de cunho étnico crítico racial, para produzir conhecimento enfatizando as relações que se dão nas práticas acústicas e expressões diaspóricas da festa do movimento *BATEKOO*. Trata-se de um encontro afrodiaspórico que transita entre a memória, por meio da conexão ancestral e uma reontologia focada em construir narrativas de enaltecimento da negritude. Estamos construindo essa pesquisa com foco na juventude negra e LGBTI+ e em sua produção estético-sonora-visual-corpórea, em meio urbano, vistas por diferentes perspectivas sociais.

***BATEKOO*: MOVIMENTO DA JUVENTUDE NEGRA E LGBTI+ COMO PRÁTICA DE LIBERDADE**

*“Trata-se de outra métrica, outro verso, outra poética.
Outra leitura política. São realidades duras, porém, distintas e com o
recorte racial” (GOMES; LABORNE, 2018, p. 22).*

Diante das questões e perspectivas apontadas, a juventude negra e LGBTI+, da favela ao asfalto, tem se articulado enquanto movimento em espaços civilizatórios, por meio do exercício quilombista (NASCIMENTO, 2019), como potencialidade ancestral ontológica contra a pedagogia da crueldade, o racismo estrutural e a necropolítica. A *BATEKOO* é um desses movimentos. Trata-se de uma plataforma de entretenimento, cultura e informação feita pela juventude urbana para a juventude de todos os tipos, em especial a negra e LGBTI+. Nós compreendemos a Plataforma como um movimento de empoderamento, transgressão e libertação na luta contra preconceito de sexualidade e discriminação racial.

A Festa *BATEKOO* redimensiona e ressignifica a ideia de espaço possível de pulsão de vida, o que permite o compartilhamento de um local seguro para pessoas negras, transgêneros, transexuais, gays, lésbicas, gordos, pessoas com deficiência. Sem as padronizações impostas pela sociedade, expressam o desejo de se verem livres de toda objetificação e estereotipização de seus corpos. A partir de nossas vivências “batekoonianas”, que se dão de modos diferenciados¹² percebemos o

¹²Todas e todos do *NEGÔ* experimentam, praticam e pesquisam a festa da *BATEKOO*, “batendo o koo” até o chão ao som do tamborzão que embala a pista. É um momento que vivenciamos a festa de forma plural. Acsa Braga e Leonardo Moraes experienciam o lugar de público (aqui compreendemos o público, em lugar ativo na festa, pois as interações estético-sonoras, imagéticas e corpóreas são articuladas mediante ao diálogo, em diversas dimensões, entre público, DJ’s e produtores). Victor Cantuaria experimenta o lugar de produtor da festa. Dinâmica essa que tem o antes, o durante e o depois da festa. Danilo dos Santos pratica a festa de dentro do bar coordenando toda a logística. Ele é responsável pela alegria etílica do público. Thamara Collares se

quando nossas experiências neste movimento, possibilitam uma plural criação político-epistemológica-metodológica, para escrever conhecimentos, o que nos gera empoderamento.

Compreendemos o empoderamento da juventude negra e LGBTI+ como um processo de cura. Tal afirmação, possibilita aos jovens negros e LGBTI+ ao se compreenderem como sujeitos neste mundo que insiste em aniquilá-los caminhem na contramão. O empoderamento é entendido como fagulha potencialmente criativa e como “um fator resultante da junção de indivíduos que se reconstroem e desconstroem em um processo contínuo que culmina em empoderamento prático da coletividade, tendo como resposta às transformações sociais que serão desfrutadas por todos e todas” (BERTH, 2019, p. 54).

Nessa perspectiva, a estética negra é um dos muitos caminhos para a construção desse empoderamento. Enquanto tecnologia de existência, nesse “Movimento Festa” é mediada por símbolos africanos, afrodiáspóricos e amefricanos (GONZALEZ, 2019), reafirmando possibilidades de “tornar-se” (SANTOS, 1983) e “ser negro” (HOOKS, 2019). A *BATEKOO* é construída como caminho na desconstrução do imaginário e da representação endossada pela branquidade, afastando-se de práticas racistas que perseguem corpos negros e anulam a viabilidade de existência em suas multiplicidades. O Movimento é um ato político (um *outro* compasso) que se utiliza do enfrentamento poético como processo de humanização de corpos negros, contribuindo para a construção de futuros diferentes a realidade vivida por nossos ancestrais, “um resgate lento e gradual daquilo que fomos e que podemos retomar para continuar sendo” (BERTH, 2019, p. 144).

Em diálogo com Rafaela Fleur (2017), no *Correio 24horas*¹³, Samira Soares, ativista do *Enegrecer – Coletivo Nacional Juventude Negra*¹⁴, declara: “a nossa estética negra jamais foi padrão. O ato de afirmar nossa identidade negra é para afrontar a estrutura que ainda nos discrimina e nos inferioriza”. Bruna Cristina Jaquetto Pereira (2019) em seu artigo intitulado “*BATEKOO*: territórios de afetos” tece análises sobre sua observação da festa, em Brasília, 2018.

No âmbito da estética, destacou-se a atitude “afrontosa”, que ressignifica positivamente traços físicos associados à negritude, o visual *queer* e as tendências de moda tipicamente negras e saídas das periferias. Os corpos negros em si e as indumentárias que trajavam eram usados de modo intencionalmente político (PEREIRA, 2019, p. 72).

A Juventude Negra e LGBTI+ resistente-empoderada inicia então, o

relaciona com a festa como atuante no caixa. Lugar de troca, intercâmbio e conhecimento do público da festa. Tais dimensões estão relacionadas com o conceito de práxis sonora, em que nossas experiências individuais e coletivas dialógicas ao escopo sonoro da festa apontam dinamizações e ações para a pesquisa (ARAÚJO; GRUPO MUSICULTURA, 2010).

¹³Para mais informações sobre o jornal que circula entre a juventude negra, propomos acessar: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/lacracao-empoderamento-e-luta-conheca-a-geracao-tombamento/>>. Acesso em 26/7/2020.

¹⁴O *Enegrecer* é um coletivo nacional de juventude como uma expressão do movimento social negro que luta contra as opressões da sociedade e em favor da juventude negra. Para mais informações acessar: <<https://www.facebook.com/Enegrecer/>>. Acesso em 26/7/2020.

processo de desconstrução da herança colonial brasileira, demarcada sobre os corpos negros. Nossa estética é contra-hegemônica, e como anunciado por Jup do Bairro, “os corpos sem juízos” criam debates em torno de estética e ética apontando para “uma nova atenção para as noções de responsabilidade e ação política” (ARAÚJO; PAZ, 2011, p. 217).

O que pode um corpo sem juízo?

Quando saber que um corpo abjeto se torna um corpo objeto e vice-versa?

Não somos definidos pela natureza assim que nascemos
mas pela cultura que criamos e somos criados.

Sexualidade e gênero são campos abertos de nossas personalidades
e preenchemos conforme absorvemos elementos do mundo ao redor.

Nos tornamos mulheres ou homens, não nascemos nada.

Talvez nem humanos nascemos.

Sob a cultura, a ação do tempo, do espaço, história

Geografia, psicologia, antropologia, nos tornamos algo.

Homens, mulheres, transgêneros, cisgêneros, heterossexuais
homossexuais, bissexuais, e o que mais quisermos

Pudermos ou nos dispusermos a ser.

O que pode o seu corpo? (Jup do Bairro, 2020).¹⁵

A *BATEKOO* para nós, fomenta a necessidade de uma postura crítica aos elementos do racismo estrutural, que orienta a nossa construção como indivíduos, em vista de uma homogeneização desumanizantes de pessoas negras, criadas a imagem e semelhança, de uma “perspectiva racial branca”. Nesta dinâmica, observamos que essa Plataforma assume símbolos de liberdade como política de respeitabilidade e atenção à pluralidade de corpos que circulam nas ações desse movimento, ressignificando e politizando o conceito de raça como aspecto central no enfrentamento ao racismo.

Para nós, o movimento potencializa o “tornar-se” e “ser negro”. E possibilita aos batekoonianos a criação de uma política afrocentrada, o que denominamos de “negropolítica”¹⁶. “Negropolítica” é o caminho político possível para pessoas negras em de liberdade, expressão e subversão do que é imposto por uma sociedade organizada em castas e pelos vetores patriarcal, capitalista, LGBTI+fóbico e racista. Entendemos nosso percurso científico como uma ação pedagógica desenvolvida

¹⁵Para ampliar o conhecimento sobre o trabalho e o debate proposto por Jup do Bairro, sugerimos acessar o link: <<http://atarde.uol.com.br/cultura/musica/noticias/2130389-o-que-pode-um-corpo-sem-juizo-jup-do-bairro-celebra-diversidade-em-novo-ep>>. Acesso em 26/7/2020.

¹⁶Por mais que os leitores busquem opor “Negropolítica” a “Necropolítica”, acreditamos ser importante não afirmar uma espécie par opositivo entre ambos os termos. Tal interpretação pode culminar em uma redução epistemológica. Nesse sentido é necessário acreditar numa perperspectiva *outra*. Ao inves da dualidade, a escolha de uma “terceira via” apontada pela comunidade negra em diáspora.

e iniciada, pelos movimentos negros que nos antecederam. Nossas subjetividades negras são ativadas por nossos ancestrais, que nos mostraram como cidadãos plenos nesta sociedade excludente.

Ao dialogamos com as ideias de Nilma Lino Gomes, em *O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação* (2017), compreendemos a BATEKOO como Movimento Negro, conforme apontamentos da professora e autora.

Entende-se como Movimento Negro as mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno na sociedade. Participam dessa definição os grupos políticos, acadêmicos, culturais, religiosos e artísticos com o objetivo explícito de superação do racismo e da discriminação racial, de valorização e afirmação da história e da cultura negras no Brasil, de rompimento das barreiras racistas impostas aos negros e às negras na ocupação dos diferentes espaços e lugares na sociedade. Trata-se de um movimento que não se reporta de forma romântica à relação entre negros brasileiros, à ancestralidade africana e ao continente africano da atualidade, mas reconhece os vínculos históricos, políticos e culturais dessa relação, compreendendo-a como integrante da complexa diáspora africana. Portanto, não basta apenas valorizar a presença e a participação dos negros na história, na cultura e louvar a ancestralidade negra e africana para que um coletivo seja considerado como Movimento Negro. É preciso que nas ações desse coletivo se faça presente e de forma explícita uma postura política de combate ao racismo (GOMES, 2017, p. 23-24).

Nossa compreensão diante destas perspectivas apontadas se verifica na forma como essa juventude negra e LGBTI+ produz novos sentidos de/para a vida enquanto mecanismo geracional. A partir do evento sonoro “Tombei”, música da artista Karol Conká¹⁷, foi cunhado um modo de identificar essa juventude evidenciada pelo público frequentador da BATEKOO: Geração Tombamento.

Conforme Domingos e Nogueira (2017, p. 7) sinalizam, “o nome do movimento vem da gíria ‘tombar’, que significa ‘causar boa impressão de um jeito surpreendente’, também correspondendo a outras gírias como “lacrar” e “arrasar”, principalmente por essa juventude negra e LGBTI+. O tombamento¹⁸ é uma aposta das pessoas negras atravessadas por percursos necropolíticos, com seus corpos, cabelos, pesos e cores, que anunciam existência além-percursos marginalizantes (BARROS, 2018).

Essa perspectiva articula-se a uma posição de enfrentamento coletivo evidenciado pelos caminhos e percursos impostos pela branquidade. Independentemente de o termo “geração” estar articulado e circunscrito a uma perspectiva temporal, entendemos que os anteriores e os atuais movimentos negros são “tombamento”.

¹⁷Para “tombar” com Carol Conká, sugerimos a leitura de sua “letra” dada o movimento AFROPUNK, por meio do link: <<https://afropunk.com/pt-br/2019/11/interview-tombei-brazilian-singer-karol-conka-sings-about-womens-empowerment/>>. Acesso em 26/7/2020.

¹⁸Para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), “tombamento, portanto, é aplicado apenas aos bens materiais de interesse para a preservação da memória coletiva” (IPHAN, [2014?]). Desse modo, afirmar esse e outros movimentos como “tombamento” pode indicar uma proposição para além do lugar disruptivo e contra hegemônico característico desses grupos sociais, demarcando, reescrita da História a partir de uma ótica outra, que caminham na contramão da trilha necropolítica.

Em conversa com Rafaela Fleur (2017), Ícaro Jorge sinaliza que “a cada momento histórico e social existe uma geração que é tombamento. O negro entrando na universidade é tombamento. A quantidade de intelectuais negras crescendo como pesquisadoras é tombamento”. Ou seja, A BATEKOO é tombamento. A juventude negra se aquilombando é tombamento. Nós do Grupo de Estudos e Pesquisa Etnomusicológica NEGÔ somos tombamento.

A festa, uma das ações que esta plataforma desenvolve, possui um lema que é pontuado em todos os eventos de modo explícito. A relação do respeito à diferença é ponta de lança desse *bonde*, conforme a *letra* mandada pelo *rapper* Ricon Sapiência.¹⁹ Em nossa experiência batekooniana somos levados a considerar seriamente os casos de violência em potencial, reportando aos membros da produção e autoridades responsáveis do evento, de modo a garantir uma relação de tempo-espço seguro e respeitosa. Tal perspectiva se evidencia, por exemplo, com o convite de retirada dos participantes responsáveis pelos atos de violência. E o devido acolhimento as vítimas.

A plataforma, BATEKOO portanto, busca atender ao apelo dos grupos marginalizados, proporcionando um espaço de recusa à opressão, no qual indivíduos disponíveis a não compactuação de violência possam se fazer presentes segundo uma política de rompimento com as estruturas opressoras. Sugere-se, então, um novo território alternativo de comportamento e, assim, confluir numa realidade de existências plurais, mediadas pela ação contínua de “proporcionar ao corpo negro um espaço para que ele se expresse de forma genuína e natural traz liberdade, não só para os corpos, mas também para as vidas que, fora dali, precisam conter suas pulsões para se adequarem à realidade social imposta” (BATISTA, 2019, p. 415).

As apostas da festa enquanto movimento da juventude negra e LGBTI+ se constroem a partir do reconhecimento de um espaço possível e também da ressignificação do mesmo, assumindo para si dois fenômenos: o de pertencimento e o de transmutação. Uma realocação dada por um ideal ontológico negro que perpassa as experiências individuais e as agrupam num ideal coletivo (NASCIENTO, 2006; NASCIMENTO, 2019).

No Rio de Janeiro, a Festa acontece em dois epicentros. Madureira, bairro da Zona Norte, conhecido por ser o bairro-casa da Portela e do Império Serrano, duas Escolas de Samba tradicionais no *babado* carnavalesco carioca e um dos bairros mais pretos do Rio de Janeiro. Outro espaço é a Zona Portuária do Centro do Rio de Janeiro, local historicamente perseguido por um ideal escravagista, cujas construções foram erguidas com a migração forçada de negros/as escravizados/as que vieram de África no período colonial do Brasil.

Na conversa mediada por Vitória Régia para a *Revista Híbrida* (2019)²⁰.

¹⁹ Para conhecer um pouco mais sobre o *papo reto* de Ricon Sapiência, sugerimos acessar o link: <<https://rollingstone.uol.com.br/edicao/edicao-128/ponta-de-lanca/>>. Acesso em 26/7/2020.

²⁰ Para ampliação das questões e das informações, sugerimos acessar o link da revista *Híbrida*. De caráter digital, é uma revista on-line por e para o público LGBTI+: <https://revistahibrida.com.br/2019/04/16/batekoo-pertencimento-e-referencia-da-juventude-negra-e-lgbt/>>. Acesso em 26/7/2020.

Maurício Sacramento, um dos idealizadores da *BATEKOO*, aponta que “é importante ressignificar a ideia do lugar e trazer novas narrativas e outras lembranças para o espaço”, assim como destaca também que “uma aglomeração de pessoas negras se divertindo é algo muito raro. E em um lugar desses torna tudo ainda mais importante”. Há a necessidade de afirmar que pessoas negras em um contexto de lazer e entretenimento é uma ideia transgressora e é também um modo de realocação dessas pessoas negras, que embora sejam sempre alvos de racialização, assumem para si o papel de subversão.

A *BATEKOO*, enquanto festa, traz para a pista os gêneros sonoros de África e das diásporas: o *hip-hop*, *rap*, *funk*, *grime*, *trap*, *bregafunk*, *R&B*, *zouk*, *coupé decalé*, *twerk*, *afrohouse*, *bahia bass*, *dancehall*, *afrobeat*, *jersey club*, *garage*, *vogue beats*, *kuduro* e outras vertentes. O *escopo batidão* é catalisador de empoderamento e libertação. Quando compreendemos que “a música é um espaço de fala e grito, de denúncia e de anúncio. Suas duras letras de música são um brinde para a vida, na medida em que descrevem com tamanho realismo tanta ameaça de morte e o seu desejo de viver” (GOMES; LABORNE, 2018, p. 22).

Essa festa/movimento acontece em Salvador, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília e Recife, conforme programação anunciada em seus veículos de comunicação.²¹ Uma das práticas sonoras em voga na cidade do Rio de Janeiro é o funk carioca, em especial o 150 BPM. Destacamos que esse gênero musical tem sido perseguido pelas estruturas jurídico-estatais por conta das perspectivas ditas “apológicas” ao sexo, ao tráfico e ao crime organizado. Existe no imaginário racista e doentio da branquidade a constante inferiorização da produção cultural da negrada.

Dinâmicas relacionais, e sobretudo de valorização de culturas não eurocentradas, passam a ter seus caminhos atravessados por um arquétipo definido a partir da subalternidade e criminalidade²², seguindo um curso relacional a partir de uma dinâmica de poderio na qual “a manutenção deste poder adquirido depende da capacidade do grupo dominante de institucionalizar seus interesses, impondo a toda a sociedade regras, padrões de conduta e modos de racionalidade que tornam ‘normal’ e ‘natural’ o seu domínio” (ALMEIDA, 2018, p. 31).

O *funk* demonstra a mazela do “racismo insidioso e ambíguo, que se afirmam via sua própria negação e que está cristalizado na estrutura de nossa sociedade” (GOMES, 2017, p. 51). Esse racismo rechaça o *funk* como produção artística e esquema poético: “som de preto, de favelado, mas quando toca

²¹ Para conhecimento dessa plataforma, propomos acesso aos links: <<https://www.instagram.com/batekoo/>>. Acesso em 26/7/2020. <<https://www.youtube.com/channel/UC4Upn2hFMVVGvRH-ZXyR2FaA>>. Acesso em 26/7/2020.

²² A título de exemplificação, colocamos na roda o caso do DJ Rennan da Penha, que em 2017 popularizou-se no *mainstream* do universo do funk devido a sua atuação junto ao Baile da Gaiola. Rennan, um articulador cultural, que apesar de toda sua contribuição para a cena cultural carioca, teve sua imagem associada ao tráfico de drogas, não só por suas músicas serem entendidas como apológicas, mas também pela simbologia que ele representa enquanto jovem negro, alvo da estrutura da carnificina, da crueldade estrutural e do extermínio necropolítico pela via da Polícia Militar do Rio de Janeiro (PMRJ).

ninguém fica parado. Tá ligado?!"²³ O *funk* carioca é uma inflexão sonora e uma transgressão acústica produzida por pessoas negras e aponta questões reais, demandas e perspectivas urgentes para essa parcela da sociedade estigmatizada pela necropolítica do Estado brasileiro. A juventude negra carioca se utiliza dessa prática sonora como potência, enquanto ação de resistência e transgressão das representações impostas sobre a negritude.

Com as nuances epistemológicas e metodológicas da Etnomusicologia, entendemos que o "som de preto, de favelado, que quando toca ninguém fica parado" se articula com o conceito de trabalho acústico cunhado por Samuel Araújo, em que o autor propõe dimensões de descolonização da concepção de música estruturada pelos vetores do colonialismo, além dos seus sofisticados traços de colonialidade demarcados pela Modernidade. Isto salienta, em nosso entendimento, que as práticas e produções que fogem ao padrão canônico, hegemônico e narcísico da produção de conhecimento branca-heteropatriarcal-burguesa-cristã também são considerados discursos e encharcados de singularidades (ARAÚJO, 1992; 1999).

Ressaltamos que na *BATEKOO* do Rio de Janeiro, o *funk carioca* marca presença por meio dos sampleados dos/as DJ's residentes. Destacamos os nomes de DJ Onirica²⁴, DJ Glau Tavares²⁵, DJ Garota²⁶, DJ Freshprince da Bahia²⁷, dentre outros/as colocam por meio do tamborzão, a pista para "BATER O KOO". O ritmo quente, envolvente e acelerado por batidas por minuto expressa a potencialidade do *funk carioca* como manifestação sonora da negrada. Na *BATEKOO* esse movimento é encabeçado por mulheres lésbicas, heteras, bissexuais, por gays, transexuais, travestis e transgêneros.

Recorrentemente, o *funk* sofre denúncias a hipersexualização da mulher, acusando-o como um gênero musical machista. Dennis Novaes, no documentário intitulado "150 BPM: o Rítmico Louco" (2018) chama a nossa atenção a um outro ponto: "é pensar que o *funk* foi o primeiro gênero musical que permitiu mulheres falarem abertamente sobre sua sexualidade"²⁸. Vale ressaltar que com o advento da Parada Gay ocorrida no Baile da Gaiola, em janeiro de 2019, produzido pelo DJ Renan da Penha, como combate aos comportamentos machistas, homofóbicos e transfóbicos contra pessoas LGBTI+ tem possibilitado que estes corpos e suas expressões sonoras façam parte do *hall* de produção do mundo do *funk*.

²³*Som de Preto*, obra assinada por Amilka Chocolate lançado na coletânea *Funk Mix* do DJ Marlboro em 2009

²⁴Para *cair no tambozão* sonoro da DJ Onirica propomos acessar o link: <<https://soundcloud.com/afonirica>>. Acesso em 26/7/2020.

²⁵Para entrar na dança do passinho curta o som da DJ Glau Tavares por meio do link: <<https://soundcloud.com/glau-tavares-dj>>. Acesso em 26/7/2020.

²⁶Para cair na ciência do rebolado da DJ Garota e idealizadora do Afrofunk propomos chegar junto no link: <<https://soundcloud.com/batekoo/mixtape-garota-muito-djgarota>>. Acesso em 26/7/2020.

²⁷Para bater o koo ao som do DJ Freshprince da Bahia, Maurício Sacramento sugerimos acessar o link: <<https://soundcloud.com/freshprincinedabahia>>. Acesso em 26/7/2020.

²⁸Para conhecer mais sobre o que apontam MC's, DJ's e Pesquisadores do funk, sugerimos acessar o link: <<https://www.youtube.com/watch?v=2INGASadKk8>>. Acesso em 26/7/2020.

Destacamos os exemplos: DJ Iasmin Turbinhha que é lésbica e uma das mais reconhecidas produtoras musicais do *funk* 150 BPM; Mulher Pepita que é travesti e compositora de *funks* de grandes sucessos.

No documentário *Inspire The Night*²⁹, promovido pela Red Bull TV, que articula poética e politicamente informações sobre a *BATEKOO*, Rincon Sapiência salienta que “há uma ideia superficial de colocar a festa, à noite, como algo fútil. Então só de colocar gays, gordos e trans no mesmo lugar se divertindo, a subversão já está acontecendo assim”. Em harmonia com essa perspectiva apontada pelo rapper, a sambista Leci Brandão afirma que “a juventude da periferia, não tem condição financeira, não tem condição social, mas eles têm o poderio de poder criar sua cultura”. Verificamos em ambas as falas o ato-contracorrente que a juventude negra e LGBTI+ tem pautado sobre a superficialidade em que seus corpos são colocados, principalmente quando a repolitização da concepção da raça é mecanismo de enfrentamento à estrutura do racismo.

Nesse mesmo documentário, Mauricio Sacramento, evidencia que esse movimento é composto por pessoas negras e destaca a “*BATEKOO como um símbolo de liberdade*”. Essa liberdade se verifica, por exemplo, na fala de Juliana Andrade mulher preta e gorda, “a rainha” da *BATEKOO*, como as de bateria das Escolas de Samba³⁰. Ela sinaliza suas dificuldades enquanto pessoa gorda e aponta o quanto esse movimento festa foi atravessador em sua vivência, além das questões gordofóbicas sistematicamente enraizadas na sociedade. Tal perspectiva salienta a potencialidade simbólica que a festa dinamiza na vida das pessoas. Por ser um espaço que luta contra as padronizações, objetificações e estereotipizações do corpo, compreendemos essa plataforma como espaço possível de civilidade ante às questões que massacram as vidas dos/as praticantes das ações desse movimento negro.

Linn da Quebrada traz outra questão também pungente na construção da *BATEKOO* e enfatiza que “*a gente precisa de outras possibilidades de masculinidade, de feminilidade e tudo que existe entre os dois*”, e Kiara, uma das DJs da *BATEKOO* São Paulo, ao traçar sua vivência dentro de sua comunidade, mais uma vez elucida um lugar de transformação de seu reconhecimento identitário demarcando em sua fala que nessa plataforma ela pôde não só se conhecer enquanto uma pessoa trans, como também como uma pessoa negra. Corroboramos com Linn e Kiara, mulheres transgêneros e pretas, que a *BATEKOO* é um espaço de construção de identidades expandidas para o além-cisheteropatriarcalismo. Na dinâmica de atenção destacada por elas, o processo de alteridade é vivo na festa e por meio das simbologias estéticas sonoras, imagéticas e corpóreas, se pode romper com os percursos racistas, normativos, machistas e sexistas, uma vez que, durante a festa, a celebração de corpos desviantes à norma são motivos de afrontamento.

²⁹Para conhecer mais sobre o que desenvolve a plataforma *BATEKOO*, sugerimos acessar o link: <<https://www.redbull.com/br-pt/music/inspire-the-night-batekoo>>. Acesso em 26/7/2020.

³⁰Para ampliar informações sobre a experiência de ser gordo/a e combate à gordofobia propomos escutar o que tem a dizer a “Rainha da *BATEKOO*”. <<https://www.youtube.com/watch?v=8G3xvse-jMJY>>. Acesso em 27/7/2020.

Traçamos estes paralelos através das/os *batekoonianas/os* supracitadas/os, por um entendimento de uma confluência de vozes, que através de suas questões individuais conseguem demarcar uma edificação coletiva de um interesse comum, o de ser livre, não alienadamente e alheio ao mundo, mas a partir de uma realocação nele. Cabe, assim, afirmar como praticantes e pesquisadores/as que somos que a *BATEKOO*, fenômeno potente da juventude negra e LGBTI+, composto por corpos dissidentes, percursos econômicos variados e territorialidades plurais, articula transgressão e libertação como demanda por existência além-estruturas que persistem desde o período colonial e se mantêm vivas na contemporaneidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Temos por meio de nossa experiência vivida na festa *BATEKOO* a representação do epicentro da juventude negra e LGBTI+ enquanto desenvolvimento coletivo pela vida e pela liberdade que se faz por meio da transgressão dos alicerces da colonialidade demarcados pela insistente discriminação racial, invisibilidade cultural e desigualdade social. Tais fenômenos são gerados pela falta de reconhecimento de nossos corpos e potencialidades, pois como pesquisantes e praticantes das ações que a plataforma *BATEKOO* desenvolve, em especial *a festa*, compreendemos que essa juventude está atenta, articulada e está se movendo contra o racismo como prática de libertação.

Desse modo, por meio da composição dos percursos de ativação como demonstrados nos traços da pesquisa, vemos que a juventude negra e LGBTI+ articulada em um espaço fluido de vivências simbólicas e experimentação sonora, estética e cultural. Também rompe com preconceitos estéticos por meio de movimentos sonoros e coreografias que atravessam limites do racismo, por meio da experiência de “tornar-se” e “ser negro”, além da constante pedagogia da crueldade intermediada pelo racismo estrutural necrófilo, que dita quem pode viver e quem pode morrer.

Fica para nós do *NEGÔ* a certeza de que a experiência vivida nas ações presenciais e midiáticas da *BATEKOO* são expressões de encontro com o que é nosso por direito: ser negro, aquilombados em um movimento por liberdade além-ditames raciais, sexistas, LGBTI+ fóbicos, gordofóbicos, machistas e neofascistas. Pois, a juventude negra e LGBT+ é sábia ao retornar aos movimentos ancestrais como medida de enfrentamento, para um desenho novo para os amanhã. E como nos sinaliza Paulinho da Viola, “quando penso no meu futuro, não esqueço o meu passado”.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2019.
- ANISTIA INTERNACIONAL BRASIL. **A violência não faz parte desse jogo!** Risco de violação de direitos humanos nas Olimpíadas de 2016. Rio de Janeiro: Anistia Internacional do Brasil, 2016.
- ANISTIA INTERNACIONAL BRASIL. **Campanha Jovem Negro Vivo**. 2020. Disponível em: <<https://anistia.org.br/campanhas/jovemnegrovivo/>>. Acesso em: 22 jun. 2020.
- ARAÚJO, Samuel. Acoustic labor in the timing of everyday life. A critical contribution to the history of samba in Rio de Janeiro. **Tese de doutorado em Musicologia**. Urbana, IL: University of Illinois em Urbana-Champaign, 1992. Disponível em: <<https://www.ideals.illinois.edu/handle/2142/72434>>. Acesso em: 16 jul. 2020.
- ARAÚJO, Samuel. Brega, samba e trabalho acústico: variações em torno de uma contribuição teórica à etnomusicologia. **Revista Opus**, v. 6, Belo Horizonte: ANPPOM, 1999. Disponível em: <<https://www.anppom.com.br/revista/index.php/opus/article/view/69>>. Acesso em: 16 jul. 2020.
- ARAÚJO, Samuel. From Neutrality to Praxis. The shifting politics of Ethnomusicology in the contemporary world. **Muzikološki Zbornik**, 44 (1), p. 13-30, 2008. Disponível em: <<https://revije.ff.uni-lj.si/MuzikoloskiZbornik/article/view/3105>>. Acesso em 26 jul. 2020
- ARAÚJO, Samuel. Ethnomusicologists researching towns they live. In: Theoretical and methodological queries for a renewed discipline. **Journal of the Institute of Musicology of the Serbian Academy of Sciences and Arts**, 9, p. 33-50, 2009.
- ARAÚJO, Samuel. Etnomusicologia e debate público sobre a música no Brasil hoje: polifonia ou cacofonia? **Música e Cultura**, vol. 6, p. 17-27, 2011. (Periódico indexado, disponível em: <<http://www.abet.mus.br/musicaecultura/>>. Acesso em: 21 de julho. 2020.
- ARAÚJO, Samuel. Entre muros, grades e blindados; trabalho acústico e práxis sonora na sociedade pós-industrial. **El oído pensante**, vol. 1, nº1, p. 3-15, 2013. Periódico indexado, disponível em: <<http://ppct.caicyt.gov.ar/index.php/oidopen-sante/issue/current>>. Acesso em: 22 julho. 2020.
- ARAÚJO, Samuel. Dimensiones políticas del dialogo intercultural: patrimonios de conocimiento y luchas sociales. In: CHAVES, Margarita; MONTENEGRO, Mauricio; ZAMBRANO, Marta (Orgs.). **El valor del patrimonio: mercado, políticas culturales y agenciamientos sociales**. Bogotá: ICAHN, v. 1, p. 359-386, 2014.
- ARAÚJO, Samuel. Prefácio – O campo da etnomusicologia brasileira: formação, diálogos e comprometimento político. In: LÜHNING, Angela. TUGNY, Rosângela Pereira de (Orgs.). **Etnomusicologia no Brasil**. Salvador, BA: Editora UFBA, 2016. p. 7-18.
- ARAÚJO, Samuel; CAMBRIA, Vincenzo. Sound praxis, poverty, and social participation: Perspectives from a collaborative study in Rio de Janeiro. Special Issue on Music and Poverty, guest editor Klisala Harrison. **Yearbook for Traditional Music**, 45, p. 24-38; 2013.
- ARAÚJO, Samuel; GRUPO MUSICULTURA. Conflict and violence as conceptual tools in present-day ethnomusicology. Notes from a dialogical experience in Rio de Janeiro. **Etnomusicology**, 50 (2), p. 287-313, 2006a.
- ARAÚJO, Samuel; GRUPO MUSICULTURA. A violência como conceito na pesquisa

musical, reflexões sobre uma experiência dialógica na Maré. **Transcultural Music Review**, v. 10; 2006b. Disponível em: < <http://www.sibetrans.com/trans/articulo/148/a-violencia-como-conceito-na-pesquisa-musical-reflexoes-sobre-uma-experiencia-dialogica-na-mare-rio-de-janeiro>>. Acesso em: 22 jun. 2020.

ARAÚJO, Samuel; GRUPO MUSICULTURA. Sound praxis: music, politics, and violence in Brazil. In: O'CONNELL, John Morgan; CASTELO-BRANCO, Salwa El-Shawan (Orgs.). **Music and Conflict**. Urbana (IL/EUA): University of Illinois Press, 2010. p. 217-231.

ARAÚJO, Samuel; GRUPO MUSICULTURA. É permitido proibir: a práxis sonora da pacificação. **Revista Vórtex**, v. 3, p. 149-158, 2015.

ARAÚJO, Samuel; PAZ, Gaspar Leal. Música, linguagem e política: repensando o papel de uma práxis sonora". **Terceira Margem** (Rio de Janeiro), v. 25, p. 211-231, julho/dezembro 2011. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/tm/article/view/10803>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

ARAÚJO, Samuel. Reengaging Sound Praxis in the Real World: Politico-Epistemological Dimensions of Dialogue and Participation in Knowledge Production. In: Castelo Branco, Salwa El-Shawan; DIAMOND, Beverley (Orgs.), **Engaging ethnomusicologies**. Oxford: Oxford University Press; 2020 (no prelo).

BATISTA, Paula Carolina. O Quilombismo em espaços urbanos: 130 anos após a abolição. **Revista Extraprensa**, v. 12, p. 377-396. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/153780>>. Acesso em: 26 jul. 2020.

BARROS, Maria Beatriz dos Santos. Causando um tombamento: Karol conká e uma negritude empoderada possível. In: III JORNADA INTERNACIONAL GEMINIS (GIG 2018). **Anais...**, 2018. Disponível em: < <https://doity.com.br/anais/jig2018/trabalho/82391>>. Acesso em: 18 julho. 2020.

BENTO, Maria Aparecida. BRANQUEAMENTO E BRANQUITUDE NO BRASIL In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.). **Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 25-58.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro).

BRASIL. Lei n. 12.711 de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio a autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação. **Diário Oficial**. Brasília, 2012. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 30 de mai. 2020.

CAMBRIA, Vincenzo. Music and Violence in Rio de Janeiro: a participatory study in Urban Ethnomusicology. Middeltown. 2012. 409 f. **Tese** (Doutorado em Etnomusicologia) – Wesleyan University, Middletown. 2012.

CAMBRIA, Vincenzo; FONSECA, Edilberto; GUAZINA, Laize. "Com as pessoas": reflexões sobre colaboração e perspectivas de pesquisa participativa na etnomusicologia brasileira. In: LÜHNING, Angela. TUGNY, Rosângela Pereira de (Orgs.). **Etnomusicologia no Brasil**. Salvador, BA: UFBA, 2016. p. 21-45.

CARVALHO, José Jorge de. **Inclusão étnica e racial no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Attar, 2006a.

CARVALHO, José Jorge de. **Luta anti-racista dos acadêmicos deve começar no mundo acadêmico**. Série Antropologia, Brasília, n. 394, 2006b. Disponível em: < <http://dan.unb.br/images/doc/Serie394empdf.pdf>>. Acesso em: 30 mai. 2020.

CARVALHO, José Jorge de. O confinamento Racial do Mundo Acadêmico Brasileiro. **Revista USP**, n. 68, p. 88-103, dez/fev. 2006c. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13485/15303>>. Acesso em: 30 mai. 2020.

CARVALHO, José Jorge de *et al.* O encontro de saberes como uma contribuição à etnomusicologia e à educação musical. In: LÜHNING, Angela e TUGNY, Rosângela Pereira de (org.). **Etnomusicologia no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 199-236.

CARVALHO, José Jorge de. Encontro de Saberes e descolonização: para uma re-fundação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. (Coleção Cultura Negra e Identidades).

CERQUEIRA, Daniel *et al.* **Atlas da Violência**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) [S.l.]: IPEA, 2017. Disponível em: < https://www.ipea.gov.br/portal/images/170602_atlas_da_violencia_2017.pdf>. Acesso em 05 jun. 2020.

CERQUEIRA, Daniel *et al.* **Atlas da Violência**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) [S.l.]: IPEA, 2018. Disponível em: < https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf>. Acesso em 05 jun. 2020.

CERQUEIRA, Daniel *et al.* **Atlas da Violência**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) [S.l.]: IPEA, 2019. Disponível em: < <https://www.ipea.gov.br/atlas-violencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>>. Acesso em 05 jun. 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos aos gêneros. **Estudos Feministas**, ano 10, 1º semestre, p. 171-188, 2002. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>> Acesso em 22 jun. 2020.

DIRKSEN, Rebecca. Reconsidering Theory and Practice in Ethnomusicology: Applying, Advocating, and Engaging Beyond Academia. **Ethnomusicology Review**. v. 17, p. 1-35, 2012. Disponível em: < <https://ethnomusicologyreview.ucla.edu/printpdf/journal/volume/17/piece/602>> Acesso em: 22 jun. 2020.

DOMINGOS, João Pedro; NOGUEIRA, Maria Alice de Faria. Geração Tombamento e mercado: a popularização do jovem negro na cultura do consumo. In: XXII CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE DO INTERCOM – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO, Volta Redonda (RJ). **Anais...** 2017. Disponível em: < <https://portalintercom.org.br/anais/sudeste2017/resumos/R58-0614-1.pdf>>. Acesso em 12 jul. 2020.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: ALEXANDRE, Marcos Antônio (Org.). **Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007. p. 16-21.

EVARISTO, Conceição. A Escrivência e seus subtextos. In: **Escrevivência: a escrita de nós: reflexos sobre a obra de Conceição Evaristo**. DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado. 1. Ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

FANON. Frantz. **Os condenados da terra**. Trad. Enilce Albergaria Rocha, Lucy Magalhães – Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005. (Coleção Cultura, v.2).

FERREIRA, Jhenifer Raul; FERREIRA, Matheus Raul; MENDONÇA, Pedro. Saraus de Rua e protagonismo negro no Rio de Janeiro: Uma pesquisa-ação participativa. In: 30º RBA. **Anais...** João Pessoa, 2016. Disponível em: < http://evento.abant.org.br/rba/30rba/files/1467321967_ARQUIVO_ArtigoABA2016corrigido.pdf>. Acesso em: Acesso em 30 jun. 2020.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino; LABORNE, Ana Amélia de Paula. Pedagogia da Crueldade: racismo e extermínio da juventude negra. **Educ. rev.** [online]. 2018, vol.34, Epub 23-Nov-2018. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-46982018000100657&lng=pt&nrm=iso >. Acesso em: 11 jun. 2020.

GONZALES, Lélia. Primavera para as rosas negras. **Coletânea organizada e editada pela União dos Coletivos Pan-Africanistas UCPA**. Diáspora Africana, 2018.

GRUPO MUSICULTURA. Sound praxis: Music, politics, and violence in Brazil. In: O'CONNELL, John Morgan; CASTELO-BRANCO, Salwa El-Shawan (Eds.). **Music and Conflict**. Urbana, IL: University of Illinois Press; 2010. p. 217-231.

GRUPO MUSICULTURA. Tendências e circuitos de consumo de música na Maré, Rio de Janeiro. In: HERSCHMANN, Micael (Org.). **Nas bordas e fora do mainstream. Novas tendências da Indústria da Música Independente no início do século XXI**. São Paulo: Estação das Letras e das Cores, 2011. p. 329-57.

HARRISON, Klisala. Epistemologies of applied Ethnomusicology. **Ethnomusicology**, 56 (3): p. 505-529, 2012.

HARRISON, Klisala. The Second wave of applied Ethnomusicology. **MUSICultures**, 41 (1): p. 57-72, 2014.

HARRISON, Klisala; PETTAN, Svanibor. Introduction. In: HARRISON, Klisala; MACKINLAY, Elizabeth; PETTAN, Svanibor (Eds.). **Applied Ethnomusicology: Historical and contemporary approaches**. Newcastle upon Tyne, UK: Cambridge Scholars Press, 2010. p. 1-20.

HOOKS, Bell. **Olhares negros: raça e reorientação**. Bell hooks; tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

IPHAN. **Bens Tombados**. [2014?]. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>. Acesso em: 29 jul. 2020.

LÜHNING, Angela. Temas emergentes da etnomusicologia brasileira e seus compromissos sociais. In: **Revista Música em Perspectiva**. v. 7, n. 2, p. 7-25, dezembro 2014. Disponível em: < <https://revistas.ufpr.br/musica/article/view/41501> >. Acesso em 10 jun. 2020.

LÜHNING, Angela. TUGNY, Rosângela Pereira de (Orgs.). **Etnomusicologia no Brasil**. Salvador, BA: Editora UFBA, 2016a.

LÜHNING, Angela. TUGNY, Rosângela Pereira de. Etnomusicologia no Brasil: reflexões introdutórias. In: LÜHNING, Angela. TUGNY, Rosângela Pereira de (Orgs.). **Etnomusicologia no Brasil**. Salvador, BA: UFBA, 2016b. p. 21-45.

LÜHNING, Angela *et al.* Desafios da Etnomusicologia no Brasil. In: LÜHNING, Angela. TUGNY, Rosângela Pereira de (Orgs.). **Etnomusicologia no Brasil**. Salvador, BA: UFBA, 2016. p. 47-92.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: N-1, 2018.

MELLO, Anahi Guedes de. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. **Ciência & Saúde Coletiva**, 21(10): 3265-3276, 2016. Disponível em:< <https://www.scielo.br/pdf/csc/v21n10/1413-8123-csc-21-10-3265.pdf> >. Acesso em: 29 jul. 2020.

MENDES, Cleyton. Democracia Racial. In: ALCADE, Emerson (Org.) **Negritude**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019. Coleção Slam; v. 3.

MENDONÇA, Pedro Macedo. Engajamento, etnomusicologia e transformação social em uma pesquisa de pós-graduação: uma breve revisão de literatura. In: IV SIMPOM, Rio de Janeiro. **Anais...**, p. 714-724, 2016. Disponível em: <<http://www.seer.unirio.br/index.php/simpom/article/view/5727/5175>>. Acesso em 30 mai. 2020.

MENDONÇA, Pedro Macedo *et al.* Funk carioca, política, gênero e ancestralidade no sarau divergente: uma pesquisa-ação participativa. Rio de Janeiro, 2018. 322f. **Tese** (Doutorado em Música). Instituto Villa-Lobos, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/12708?show=full>>. Acesso em: 29 jun. 2020.

MIGUEL, Ana Flávia. O que é o Musicultura? Um estudo de caso sobre um grupo de pesquisa participativa na Maré, Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Música** – Programa de Pós-Graduação em Música – Escola de Música da UFRJ. Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, p. 143-167, Jul./Dez. 2018. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/rbm/article/view/26284>>. Acesso em: 22 jun. 2020.

NASCIMENTO. Beatriz. É tempo de falarmos de nós mesmos. In: RATTTS, Alex (Org.). **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Instituto Kuanza; imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

NASCIMENTO. Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 2. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista**. 3 ed. Ver. São Paulo: Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.

NEWSOME, Jeniffer K. From Researched to Centrestage: A Case Study. **Musicological Annual**, v. 44, n. 1, p. 31-50. 2008. Disponível em: <<https://revije.ff.uni-lj.si/MuzikoloskiZbornik/article/view/3106>>. Acesso em 26 jul. 2020.

NOGUERA, Renato. **O ensino de filosofia e a lei 10.639**. Rio de Janeiro: Pallas: Biblioteca Nacional, 2014.

PETTAN, Svanibor. Applied Ethnomusicology in the global arena. In: TITON, Jeff; PETTAN, Svanibor (Orgs.). **Oxford Handbook of Applied Ethnomusicology**. Oxford: Oxford University Press, 2015, p. 4-53.

PETTAN, Svanibor. Applied Ethnomusicology and Empowerment Strategies: Views from across the Atlantic. **Muzikološki Zbornik/Musicological Annual** 44(1), p. 85–99, 2008. Disponível em: <<https://revije.ff.uni-lj.si/MuzikoloskiZbornik/article/view/3109/2826>>. Acesso em: 23 jul. 2020.

PEREIRA, Bruna Cristina Jaquette. Batekoo: Território de Afetos. **Dossiê Gênero, memória e cultura**. Arquivos do CMD, Volume 8, n. 2. Jul/dez 2019.

OLIVEIRA. Luiz Henrique Silva de. Resenha: “Escrevivência” em Becos da Memória de Conceição Evaristo. **Revista Estudos Feministas**. Vol. 17, n. 2, p. 621-623, maio-agosto - 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2009000200019/11370>>. Acesso em 27 mai. 2020.

RICE, Timothy. Ethnomusicology in times of trouble. **Yearbook for Traditional Music**, 46, p. 191-209, 2014.

SILVA. Cidinha da. **#Parem de nos matar!** São Paulo: Polén, 2019.

SILVA. Cidinha da. #Parem de nos matar! Memória da luta de pessoas Negras comuns para se manterem vivas. **Revista O Menelick 2º Ato**. Ano VII – Edição Zero XX. Disponível em: <<http://www.omenelick2ato.com/>>. Acesso em 25. Jun. 2020.

SILVÉRIO, Valter Roberto; MEDEIROS, Priscila Martins. Ação afirmativa para negros e indígenas: um ensaio sobre a crise do discurso civilizacional e a reorientação nas

políticas públicas de inclusão no Brasil. In: ARTES, Amélia; UNBEHAUM, Sandra; SILVÉRIOS, Valter (Orgs.) **Ações Afirmativas no Brasil**: reflexões e desafios para a pós-graduação. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2016. Ações afirmativas no Brasil, v.2.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

TITON, Jeff; PETTAN, Svanibor (Eds.). **Oxford Handbook of Applied Ethnomusicology**. Oxford: Oxford University Press; 2015.